

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

2024



maio • 2024

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Setor de Autarquias Sul, Quadra 5 - Bloco A
Brasília - DF / CEP: 70297-400
cgu@cgu.gov.br

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

Ministro da Controladoria-Geral da União

EVELINE MARTINS BRITO

Secretária-Executiva

CLÁUDIO TORQUATO DA SILVA

Secretário-Executivo Adjunto

RONALD DA SILVA BALBE

Secretário Federal de Controle Interno

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO

Corregedor-Geral da União

ANA TÚLIA DE MACEDO

Secretária Nacional de Acesso à Informação

ARIANA FRANCES CARVALHO DE SOUZA

Ouvidora-Geral da União

IZABELA MOREIRA CORREA

Secretária de Integridade Pública

MARCELO PONTES VIANNA

Secretário de Integridade Privada

EQUIPE TÉCNICA (em ordem alfabética):

Alexandre Ferreira de Macedo

Allison Roberto Mazzuchelli Rodrigues

Ana Karolina Guimaraes Moreira Lima

Ana Leoni Vieira Mota

Andre de Alcantara Campos

Ralf Araujo Ruas

Tiago Chaves Oliveira

Obra atualizada até maio de 2024

Diagramação: Coordenação-Geral de Planejamento e Inovação (CGPLA/SFC),
sob supervisão da Assessoria de Comunicação Social • Ascom / CGU

Imagem da capa licenciada por Adobe Stock

Permitida a reprodução desta obra, de forma parcial ou total, sem fins lucrativos, desde que citada a fonte ou endereço da internet no qual pode ser acessada integralmente em sua versão digital.

Copyright © 2024 Controladoria-Geral da União



CONTEÚDO

1. INTRODUÇÃO	5
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	6
2.1. Contexto estratégico	6
2.2. Plano Plurianual da SFC	6
2.3. Composição do PAINT da CGU	7
2.4. Objetos de auditoria priorizados.....	7
3. VISÃO GERAL SOBRE OS ESFORÇOS	8
4. AUDITORIAS ESTRUTURANTES.....	9
4.1. Prioridade 1 – Projetos de abrangência nacional	9
4.2. Prioridade 2 – Projetos de abrangência regional ou de execução centralizada	11
4.2.1. Eixo Social.....	11
4.2.2. Eixo Infraestrutura.....	14
4.2.3. Eixo Produção.....	16
4.2.4. Eixo Estado.....	18
5. TRABALHOS DERIVADOS DE OBRIGAÇÕES LEGAIS	24
5.1. Auditorias Anuais de Contas (AAC)	24
5.2. Auditorias de Financiamento Externo e Cooperação Internacional (REX).....	24
5.3. Outras obrigações legais	25
6. ALOCAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	26
7. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	27
8. GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE	28
8.1. Avaliações Internas.....	28
8.2. Avaliações Externas	29

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 • PROJETOS SELECIONADOS X AGENDAS PRIORITÁRIAS DE GOVERNO 8

FIGURA 2 • DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO 26

LISTA DE TABELAS

DESENVOLVIMENTO SOCIAL 11

PROTEÇÃO SOCIAL 12

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL..... 14

RECURSOS NATURAIS 14

SEGURANÇA ENERGÉTICA 15

TRANSPORTE E LOGÍSTICA 15

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E SÓCIO-CULTURAL 16

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 17

PRODUÇÃO RURAL 17

ECONOMIA E SOBERANIA..... 18

EFICIÊNCIA ESTATAL..... 19

ESTATAIS 21

GOVERNANÇA 23

1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) da Controladoria-Geral da União (CGU) contempla o planejamento da atividade de Auditoria Interna Governamental (AIG) exercida pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e pelas Controladorias Regionais da União nos Estados para o exercício 2024.

Estabelecem-se aqui diretrizes e prioridades para a gestão dos trabalhos, considerando o contexto e os desafios atuais da administração pública federal, os objetivos estratégicos e as atribuições legais da CGU e os recursos disponíveis à atividade de auditoria interna.

Os projetos e ações que compõem o presente Plano são direcionados à adição de valor à gestão pública, à melhoria dos processos de gestão de riscos, de controles internos e de governança das instituições, à prevenção de prejuízos ao erário, à detecção de irregularidades e à punição ao agente infrator, seja ele público ou privado.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. Contexto estratégico

O [Planejamento Estratégico da CGU para o período de 2024 a 2027](#) prevê como visão que a CGU seja reconhecida como um **órgão de excelência que mais conhece a Administração Pública federal**. Este plano se coloca como um dos caminhos que alcance dessa visão de futuro.

Foram estabelecidos como objetivos estratégicos e resultados chaves, relacionados com o PAINT:

Contribuir para o **aprimoramento e inovação no ciclo das políticas públicas**, com foco no cidadão-usuário, considerando as especificidades territoriais, as capacidades, os riscos estatais e as prioridades governamentais

- Aumentar em 5% a quantidade de benefícios de grande impacto (Nível 1 e 2) registrados em cada ano;
- Direcionar pelo menos 20% das auditorias às políticas prioritárias estratégicas;
- Aumentar a quantidade de ações de assessoramento;
- Manter, no mínimo, em 85% o nível de percepção do Gestor quanto ao valor agregado pela atividade de auditoria interna da CGU;
- Realizar ações em, no mínimo, 200 municípios diferentes.

Adotar medidas de **enfrentamento da corrupção, de prevenção** e remediação de ilícitos administrativos.

- Aumentar a efetividade das solicitações de admissibilidade de apurações de responsabilidade de empresas e agentes.

2.2. Plano Plurianual da SFC

De forma a alcançar as diretrizes definidas no Planejamento Estratégico a SFC estabeleceu o seu Plano Plurianual, o qual define e estrutura o Universo de Auditoria da CGU, indica a prioridade de cada um dos objetos de auditoria que compõem o Universo e indica os Objetivos e Resultados Chaves de nível tático, que direcionam os comportamentos cotidianos dos servidores ao alcance dos resultados gerais previstos na Estratégia.

O presente Plano detalha os projetos de auditoria prioritários a serem realizados sobre os objetos que foram previamente priorizados, conforme definição constante do Plano Plurianual.

2.3. Composição do PAINT da CGU

Este documento detalha os seguintes conjuntos de esforços a serem realizados no ano de 2024.

Auditorias estruturantes,
alinhadas às prioridades
do Plano Plurianual da SFC

Projetos obrigatórios e
demais obrigações legais

Esforços para **atividades**
continuadas, garantia
da qualidade, gestão
interna e capacitações

Em relação aos esforços de auditoria, a partir da priorização estratégica, foram estabelecidos os projetos com maior capacidade de agregação de valor sobre as áreas de atuação de governo selecionados. Esse conjunto de projetos é classificado com prioridade 1 ou 2. Além desses esforços, as unidades da SFC e das Controladorias Regionais realizam trabalhos sobre pautas pontuais e de abrangência local. Esses esforços, classificados com prioridade 3, são devidamente autorizados por um diretor de auditoria da SFC, para garantir a devida institucionalidade e padronização. No entanto, em virtude da granularidade e da especificidade, não são contemplados no presente planejamento.

1

Projetos de
abrangência nacional

2

Projetos de
abrangência regional
ou de execução
centralizada

3

Projetos
complementares

2.4. Objetos de auditoria priorizados

A partir de um processo de entendimento do contexto dos riscos governamentais e de aproximação e relacionamento com os gestores públicos dos diversos ministérios e instituições públicas, a CGU estabeleceu como prioridades para 2024 a realização de auditorias sobre um conjunto de áreas de atuação do governo, relacionadas no Plano Plurianual da SFC.

3. VISÃO GERAL SOBRE OS ESFORÇOS

Todos os projetos que compõem este Plano foram identificados e selecionados para assegurar e gerar valor para políticas públicas em nível nacional, com possível impacto direto e perceptível aos cidadãos, destinatários finais dessas políticas.

Para 2024, está prevista a realização de **178** auditorias a serem realizadas em **64** diferentes áreas de atuação do governo. Desses, **19** são projetos de abrangência nacional.



Alguns dos projetos selecionados estão relacionados com agendas prioritárias para o governo e para a CGU como um todo. São elas:

FIGURA 1 • PROJETOS SELECIONADOS X AGENDAS PRIORITÁRIAS DE GOVERNO



Tais projetos foram destacados para acompanhamento especial, uma vez que abordam assuntos transversais e considerados estratégicos.

4. AUDITORIAS ESTRUTURANTES

4.1. Prioridade 1 – Projetos de abrangência nacional

Os projetos relacionados a seguir tem como foco a avaliação em nível nacional da execução de políticas públicas com impacto direto e perceptível para os cidadãos. O seu objetivo é prover subsídios ao aprimoramento da efetividade dessas políticas. Para a sua execução, servidores da CGU em todo o país são mobilizados sob coordenação da SFC.

POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	REGIONAIS ENVOLVIDAS	INÍCIO	FIM
Programa Minha Casa Minha Vida / Instrumentos de Financiamento / Urbanização de assentamentos precários (MCMV - Pró-Moradia)	Avaliar o Programa Minha Casa Minha Vida	Todas	09/02/2024	31/08/2024
Fiscalização e controle do trânsito internacional de produtos agropecuários	Avaliar se a autorização de exportações e importações são aderentes aos requisitos existentes; se a emissão de autorização ocorre de forma de celeridade para diminuir os custos para os produtores/comerciantes de produtos agrícolas; se o processo é eficiente, com o objetivo de mitigar as necessidades de servidores alocados nos processos; se a atuação é pautada em riscos de entrada/saída dos produtos; e se existe efetiva coordenação entre atores das ações nas áreas alfandegárias.	SP, PR, RS, SC, RJ, PE, BA, MS, AM, RR, PA	28/09/2023	30/08/2024
Programa de Aquisição de Alimentos	Avaliar a governança do PAA implantada e colocada em prática, verificando em que medida contribuem para o atingimento dos objetivos do programa: Controle e Transparência: Examinar os mecanismos de controle interno para garantir a integridade e transparência das operações do PAA. Monitoramento e Avaliação: Revisar os sistemas de monitoramento e avaliação do programa para garantir que sejam eficazes na coleta de dados relevantes e na mensuração do impacto. Gestão de Riscos: Identificar e avaliar os principais riscos associados à implementação do PAA e verificar se existem estratégias adequadas para mitigá-los.	ES, MA, BA, MG, PE, AM, CE, PI, RS, GO	01/04/2024	31/10/2024
Cadastro Único	Avaliar as ações envolvendo o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, por meio de trabalho a ser realizado a partir de definição e de priorização no âmbito da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), a partir da aprovação do Plano de Trabalho para o exercício de 2024	Todas	01/09/2024	31/12/2024
Aplicação direta e transferências voluntárias	Avaliar a regularidade da implementação do componente da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar	AC, MA, PI, BA, PE, MG, ES, PR	01/03/2024	31/07/2024
Monitoramento da Educação Básica	Avaliar a consistência dos dados de matrícula do Censo Escolar	PI, BA, MA, PB, AL, RN, CE, MG, PR, RS, SP, PA, SE	02/01/2024	30/04/2024

POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	REGIONAIS ENVOLVIDAS	INÍCIO	FIM
Monitoramento da Educação Básica	Promover a qualificação dos dados de necessidades das redes de ensino, coletados pelo MEC	AM, PA, MS, GO, BA, RJ, PB	01/06/2024	30/09/2024
Sistema Nacional de Emprego (SINE)	Avaliação da estruturação e da atuação dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda	Todas	22/01/2024	31/07/2024
Ações afirmativas em graduação e pós-graduação	Avaliar o alinhamento de políticas das instituições de ensino da rede federal para as expectativas das políticas afirmativas	MS, SE, BA, TO, AM, PR, SE, CE, MG, RJ	01/01/2024	30/07/2024
Programa Bolsa Família	Avaliação do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família	Todas	23/10/2023	30/04/2024
Programa Bolsa Família	Avaliação da implementação do Programa Bolsa Família, por meio de trabalho a ser realizado a partir de definição e de priorização no âmbito da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), a partir da aprovação do Plano de Trabalho para o exercício de 2024. A referida Rede foi regulamentada por meio do Decreto 11.762, de 30.10.2023.	Todas	01/10/2024	31/01/2025
Rede de Suporte Social ao Dependente Químico	Avaliar a atuação das comunidades terapêuticas naquilo que diz respeito à disponibilização de vagas de atendimento e à execução dos termos de fomento firmados com o MDS	A ser definido	29/01/2024	28/06/2024
Serviços socioassistenciais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Avaliação da estruturação e da atuação dos Conselhos de Assistência Social	Todas	22/01/2024	31/07/2024
Serviços socioassistenciais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Avaliação da implementação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Todas	01/07/2024	30/11/2024
Programa Mais Médicos para o Brasil	Colaborar com estratégias voltadas a minimizar a escassez de médicos nas regiões prioritárias para o SUS, a fim de reduzir as desigualdades regionais na área da saúde	AM, PA, BA, CE, MG, MT, PR, MA	01/04/2024	30/09/2024
Programa Previne Brasil	Avaliar a implementação de ações estratégicas relacionadas à Atenção Primária à Saúde nos municípios	Todas	01/06/2024	30/11/2024
Atendimento aos Beneficiários (segurados e dependentes) do RGPS	Avaliação do atendimento aos segurados do INSS nas APS e em relação à perícia médica	Todas	01/06/2024	31/07/2024
Acesso à água e inclusão produtiva rural	Avaliação do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas)	AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE, AC, AP, AM, PA, RO, RR, TO, MG	29/01/2024	28/06/2024
Aquisição e distribuição de alimentos saudáveis	Avaliação da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	ES, MA, BA, MG, PE, AM, CE, PI, RS, GO	01/05/2024	31/10/2024

4.2. Prioridade 2 – Projetos de abrangência regional ou de execução centralizada

Os projetos definidos com prioridade 2 tem como foco a avaliação em nível regional da execução de políticas públicas ou que a execução dessas políticas é feita de forma centralizada pelo governo federal. A seguir estão relacionados esses projetos segregados por eixo e tema de atuação:

4.2.1. Eixo Social

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Educação Básica	Aplicação direta e transferências voluntárias	Promover a qualificação dos dados de necessidades das redes de ensino, coletados pelo MEC	01/06/2024	30/12/2024
		Avaliar a governança e a gestão dos riscos e controles exercidos pelo FNDE no processo de retomada das obras	02/01/2024	09/08/2024
	Monitoramento da Educação Básica	Avaliar a consistência dos dados do SIOPE	21/08/2023	29/03/2024
Educação Profissional e Tecnológica	Fomento à oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional	Avaliar a coordenação da política de educação profissional	06/11/2023	31/05/2024
Ensino de Graduação e Pós-Graduação	Fomento à oferta de assistência estudantil para permanência na graduação.	Avaliar da rede federal sobre eficiência dos cursos de graduação	01/02/2024	30/11/2024
	Acesso à graduação privada via financiamentos e bolsas	Contribuir para aprimoramento dos resultados do FIES sobre gestão de fundos garantidores, contratos com a CAIXA, taxas cobradas de alunos, e contabilização de transações	01/01/2024	31/05/2024
Oferta de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação pela Rede Federal	Fomento à agenda de sustentabilidade nas instituições da rede pública federal	Avaliar a Política e implementação de ações de sustentabilidade ambiental na rede federal de educação superior	01/07/2024	31/01/2025
	Atividades de Pesquisa, Desenvolvimento, Extensão e Inovação	Contribuir para o bom funcionamento do Ecossistema de Inovação	01/07/2024	31/01/2025
	Produção de dados e informações sobre a rede	Contribuir para o fortalecimento da cultura de gestão de riscos	01/03/2024	30/09/2024
	Política de Inovação	Contribuir para o bom funcionamento do Ecossistema de Inovação	01/01/2024	31/05/2024
Regulação e Supervisão da Educação Superior	Protocolos de autorização no ciclo de vida de instituições e de cursos e cursos de graduação	Avaliar o desenho e o processo da política regulatória da educação superior, mais especificamente, sobre autorização de cursos.	18/04/2023	30/03/2024

PROTEÇÃO SOCIAL

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas	Promoção da Política Indigenista	Avaliar as ações do MPI e do MEC no desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento da educação escolar indígena	01/08/2024	31/12/2024
Assistência Social	Serviços socioassistenciais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Mapeamento e avaliação do funcionamento da estrutura de governança relacionada à gestão, à aplicação e ao acompanhamento dos recursos e das ações do SUAS nas diferentes esferas de governo.	01/01/2024	30/06/2024
		Avaliação da implementação do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	01/11/2024	31/12/2024
Atenção Especializada à Saúde	Política de Saúde Mental	Contribuir com a gestão do MS por meio da produção de informações a respeito do funcionamento local e da efetiva integração entre os pontos de atenção da Rede: CAPS, Atenção Básica, Urgência e Emergência, SRT e Unidades de Acolhimento	01/04/2024	30/09/2024
Atenção Primária à Saúde	Programa Previne Brasil	Subsidiar as decisões do MS em relação a alocação de recursos na Atenção Primária à Saúde em busca da equidade no financiamento e do aumento da resolutividade dos serviços prestados	01/07/2024	31/12/2024
Autonomia Econômica às Mulheres	Trabalho e Renda	Avaliar a atuação da Secretaria Nacional de Autonomia Econômica, no que diz respeito à formulação, implementação, avaliação e monitoramento das iniciativas voltadas para a garantia da autonomia econômica	01/06/2024	30/10/2024
	Política Nacional de Cuidados	Avaliar a estruturação dos mecanismos de governanças da PN Cuidados. Compreenderá os componentes (I) Institucionalização; (II) Planos e Objetivos; (III) Capacidade Organizacional e Recursos; (IV) Coordenação e Coerência; (V) Monitoramento e Avaliação; (VI) Gestão de Riscos e Controle Interno	01/09/2024	31/12/2024
Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas	Demarcação Territorial e Regularização Fundiária	Avaliar os procedimentos de regularização fundiária, analisando as fases de identificação, delimitação, demarcação e homologação de terras indígenas, considerando inclusive, a implementação das recomendações expedidas pela CGU no RAV 60/2016	01/06/2024	30/10/2024
	Proteção Territorial e de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato	Avaliar o atual Sistema de Proteção dos Povos Indígenas Isolados e recomendações para melhorar a gestão de riscos, a eficácia e tempestividade da atuação da Funai na proteção e promoção dos direitos desses povos vulneráveis	01/04/2024	30/09/2024
Enfrentamento à Violência Contra Mulheres	Pacto Nacional de Prevenção ao Feminicídio	Avaliar a execução das ações e programas previstos no âmbito do Pacto, com foco nas ações que envolvam execução no âmbito dos Estados e/ou Municípios	01/08/2024	31/12/2024
Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Articulação interfederativa do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Avaliação da gestão do SINAPIR pelo Ministério da Igualdade Racial	15/02/2024	30/06/2024
Gestão dos Regimes de Previdência Social	Sistema Integrado de Dados dos Segurados dos Regimes de Previdência	Avaliação da promoção, estruturação e acompanhamento do desenvolvimento do Sistema Integrado de Dados dos Segurados da Previdência Social relativos às remunerações, proventos e pensões, pelo MPS/SRGPS	01/07/2024	31/08/2024

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos	Políticas para Quilombolas	Realização de fiscalizações in loco para avaliação das ações previstas no Programa Aquilomba Brasil	01/05/2024	30/09/2024
Políticas Penais	Garantia dos Direitos da População Prisional	Avaliar as ações executadas de modo a identificar se elas auxiliam na reinserção social dos sentenciados	01/04/2024	30/09/2024
Promoção dos Direitos da Pessoa LGBTQIA+	Articulação interfederativa para a implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos das pessoas LGBTQIA+	Avaliar a estruturação dos mecanismos de governança das políticas públicas voltadas para as áreas de pessoas LGBTQIA+. Compreenderá os componentes: (I) Institucionalização; (II) Planos e Objetivos; (III) Capacidade Organizacional e Recursos; (IV) Coordenação e Coerência; (V) Monitoramento e Avaliação; (VI) Gestão de Riscos e Controle Interno	01/03/2024	30/07/2024
Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Plano Viver Sem Limite II	Avaliar a estruturação dos mecanismos de governança do Programa. Compreenderá os componentes: (I) Institucionalização; (II) Objetivos; (III) Capacidade Organizacional e Recursos; (IV) Coordenação e Coerência; (V) Monitoramento e Avaliação; (VI) Gestão de Riscos e Controle Interno e (VII) Avaliação presencial dos objetos implementados com recursos federais	01/07/2024	30/11/2024
Regime Geral de Previdência Social	Reconhecimento de Direitos dos Beneficiários do RGPS	Avaliação dos Controles Internos do Processo de Reconhecimento de Direitos	01/03/2024	31/12/2024
	Atendimento aos Beneficiários (segurados e dependentes) do RGPS	Avaliação do atendimento prestado aos segurados do INSS e aos cidadãos por meio da central de teleatendimento (Central 135).	01/07/2024	31/12/2024
	Perícia Médica Federal	Avaliação da implementação do AtestMed	01/07/2024	31/10/2024
	Gestão das Informações dos Beneficiários	Avaliação da Qualidade da Informação de Segurados	08/01/2024	28/06/2024
	Manutenção e Pagamento dos Benefícios do RGPS	Avaliação da operacionalização do Monitoramento Operacional de Benefícios	01/07/2024	30/06/2024
Segurança Alimentar e Nutricional	Aquisição e distribuição de alimentos saudáveis	Avaliação da implementação do Programa Cozinha Solidária	01/07/2024	31/12/2024
	Articulação, promoção e coordenação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	Mapeamento da estrutura de governança do SISAN e avaliação da atuação do MDS com vistas ao fomento e à integração de políticas públicas de promoção da segurança alimentar e nutricional, de enfrentamento à fome e de acesso à alimentação adequada e saudável. Estruturação de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.	01/01/2024	30/06/2024
Segurança Pública	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronaspi)	Avaliar a estruturação dos mecanismos de governança do Programa Pronaspi. Compreenderá os componentes: (I) Institucionalização; (II) Planos e Objetivos; (III) Capacidade Organizacional e Recursos; (IV) Coordenação e Coerência; (V) Monitoramento e Avaliação; (VI) Gestão de Riscos e Controle Interno	01/07/2024	30/11/2024

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
	Controle de armas: o Sistema Nacional de Armas - Sinarm	Avaliação da atuação da Polícia Federal (PF) no que diz respeito ao objetivo de negócio: "Controlar a autorização de posse, porte, aquisição e a circulação de armas de fogo de uso permitido no território nacional"	17/07/2023	15/03/2024

4.2.2. Eixo Infraestrutura

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Comunicações	Fundos de Telecom - FUST	Avaliação sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST	04/03/2024	31/12/2024
	Telecomunicações - Apoiar investimentos e o desenvolvimento tecnológico	Avaliação dos projetos prioritários em Telecom financiados com recursos oriundos de debêntures incentivadas	01/02/2024	30/07/2024
Desenvolvimento Regional	Fundos de Financiamento e de Desenvolvimento	Avaliar a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).	15/05/2024	31/12/2024
	Política Nacional de Segurança Hídrica (PNSH)	Avaliação das contratações de obras e equipamentos no DNOCs via Sistema de Registro de Preços	31/01/2024	31/10/2024
Saneamento Básico; Proteção e Defesa Civil	Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas / PNPDEC - Ações de prevenção e mitigação	Avaliar o processo seletivo e implementação de projetos de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas	05/02/2024	31/07/2024

RECURSOS NATURAIS

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Meio Ambiente	Governança organizacional	Avaliar a governança organizacional do Ibama a partir do Referencial Básico de Governança Organizacional do TCU	01/04/2024	31/10/2024
	Conservação e uso sustentável da biodiversidade e recursos naturais	Avaliar o processo de regularização fundiária de Unidades de Conservação federais	01/04/2024	31/10/2024
	Qualidade ambiental	Avaliar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (reciclagem e destinação final)	02/09/2024	18/04/2025
Mudanças Climáticas		Avaliar a capacidade de resposta a desastres do governo federal	01/10/2024	31/12/2024
Recursos Hídricos	Política Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) / PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional	Avaliar a atuação do DNOCS, Codevasf, Sudene e MDR no combate à escassez hídrica	01/04/2024	31/12/2024

SEGURANÇA ENERGÉTICA

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Energia Elétrica	Gestão e operação do setor elétrico (ONS, CCEE, MRE, usos múltiplos da água, CMSE etc.)	Avaliar os efeitos do Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) Horário	01/04/2024	31/01/2025
Energia Elétrica	Eletromobilidade (impacto da eletrificação de frota no setor elétrico) / Mitigação de GEE (descarbonização)	Avaliar as políticas voltadas para eletromobilidade	01/02/2024	31/12/2024
Gás	Regulação da cadeia de gás natural / Mitigação de Gases de Efeito Estufa (descarbonização)	Avaliar a regulação no elo de transporte de gás	01/01/2024	31/10/2024
Petróleo	Descomissionamento de campos de produção de petróleo e gás natural ("descomissionamento verde") / Mitigação de GEE (descarbonização)	Avaliar a implementação das normas aplicáveis à fase de descomissionamento	01/04/2024	31/12/2024

TRANSPORTE E LOGÍSTICA

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Mobilidade	Política Nacional de Mobilidade Urbana	Avaliação de obras de mobilidade executadas com recursos de financiamento	01/11/2023	30/05/2024
Segurança Viária	Operação rodoviária	Avaliação do Programa Nacional de Pesagem (PNP) e do BR-Legal 2 (sinalização rodoviária)	19/02/2024	30/12/2024
Transporte Aeroviário	Aviação Regional	Avaliação da governança do MPOR e suas Unidades (SAC e Infraero) para implementação das ações e controle do PAN	01/01/2024	31/12/2024
Transporte Aquaviário	Gestão, planejamento, elaboração de estudos e projetos do setor aquaviário	Avaliação da governança do MPOR e de suas Unidades (DNIT e ANTAQ) para implementação das ações e controle dos investimentos em hidrovias e do Plano de Monitoramento de Hidrovias (PMH)	01/01/2024	31/07/2024
	Regulação do setor aquaviário	Avaliação da governança das decisões da Antaq nas autorizações de terminais privativos	01/01/2024	31/12/2024
Transporte Ferroviário	Regulação do setor ferroviário	Avaliação dos estudos, governança e fiscalização dos contratos de concessão de ferrovias	01/08/2024	31/01/2025
Transporte Rodoviário	Construção e adequação rodoviária	Avaliação da governança do programa de construção/ adequação rodoviária no âmbito do DNIT	19/02/2024	30/12/2024
	Manutenção e conservação rodoviária	Avaliação da governança do programa de manutenção de rodovias federais (CREMA, PATO e conserva e OAEs - PROARTE) e supervisão dos contratos de manutenção no âmbito do DNIT	02/01/2023	30/04/2024
		Avaliação da governança do programa de manutenção de rodovias federais (CREMA, PATO e conserva e OAEs - PROARTE) e supervisão dos contratos de manutenção no âmbito do DNIT	02/01/2023	30/04/2024
	Gestão, planejamento, elaboração de estudos e projetos do setor rodoviário	Avaliação da execução financeira e orçamentária e dos estudos prévios dos empreendimentos no âmbito da carteira de projetos do DNIT	15/09/2023	30/06/2024
		Avaliação da execução financeira e orçamentária e dos estudos prévios dos empreendimentos no âmbito da carteira de projetos do DNIT	15/09/2023	30/06/2024
	Gestão ambiental de rodovias	Avaliação de estudos, projetos e gestão ambiental de empreendimentos no âmbito do DNIT	15/01/2024	30/06/2024

4.2.3. Eixo Produção

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E SÓCIO-CULTURAL

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Ciência, Tecnologia e Inovação	Consolidação do Sistema Nacional de CT&I - Organizações Sociais de CT&I	Avaliação dos investimentos do PAC no Laboratório de Nível de Segurança 4 Orion	01/07/2024	31/12/2024
		Avaliação dos investimentos do PAC no Acelerador de Partículas SIRIUS	01/02/2024	31/07/2024
	Fundos de CT&I – FNDCT e Fundos Setoriais	Avaliação da arrecadação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	01/07/2024	31/12/2024
	Consolidação do Sistema Nacional de CT&I - Agências de Fomento à CT&I	Avaliação da transferência dos bens adquiridos nos projetos de pesquisa do CNPq	01/07/2024	31/12/2024
	Políticas Nacionais de CT&I - Marco Legal de CT&I	Avaliação dos instrumentos do Marco Legal de CT&I de incentivo à inovação	01/07/2024	31/03/2025
	Política Espacial - Apoio ao desenvolvimento do setor aeroespacial nacional / Fomento à CT&I - Subvenção econômica	Avaliação de subvenção econômica para construção de satélite e de veículo lançador	01/07/2024	31/12/2024
	Política Nuclear - Produção de radiofármacos	Avaliação da produção e distribuição dos radiofármacos	01/02/2024	31/07/2024
	Fundos de CT&I – FNDCT e Fundos Setoriais	Avaliação da governança do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dos Fundos Setoriais	01/02/2024	31/07/2024
	Consolidação do Sistema Nacional de CT&I - Unidades de Pesquisa do MCTI	Avaliação do relacionamento das Unidades de Pesquisa com as Fundações de Apoio	01/02/2024	31/07/2024
Crédito, Investimentos e Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	Realizar um diagnóstico da utilização de recursos públicos nestas atividades a fim de contribuir para a entrega efetiva das obras idealizadas	01/07/2024	01/09/2024
Economia Criativa e Fomento Cultural	Fomento Direto	Contribuir com o MinC na elaboração de ferramenta para sinalizar prestações de contas que apresentem indicativos de maior criticidade	01/10/2024	31/12/2024
		Contribuir na avaliação da eficácia e efetividade da política junto às populações locais	01/10/2024	31/01/2025
		Contribuir para o desenvolvimento e implantação de um modelo de gestão que proporcione maior segurança na aplicação regular dos recursos financeiros destinados pelas referidas Leis Aldir Blanc II e Paulo Gustavo	01/05/2023	30/03/2024
Promoção do Esporte, Educação, Lazer, e Inclusão Social	Transferências voluntárias	Avaliar os riscos relacionados às fases de planejamento, execução e prestação de contas das transferências voluntárias	01/07/2024	31/12/2024
	Regulamentação da LGE	Avaliação do desenho da estrutura de governança a ser proposto pelo ME, de modo a propor, preventivamente, medidas de aprimoramento antes da publicação do Decreto	01/06/2024	30/09/2024

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Comércio Exterior	Governança e Gestão das Políticas Públicas de Comércio Exterior	Análise de medidas relacionadas com comércio exterior e investimentos diretos ou da governança e gestão do financiamento do comércio exterior	01/07/2024	31/12/2024
Indústria e Inovação	Desenvolvimento Nacional da Indústria; Educação de jovens adultos e profissional (Educação profissional e tecnológica)	Avaliação das ações do SENAI no Programa Rota 2030	01/05/2024	30/11/2024
	Economia Verde	Avaliar a governança e gestão de riscos do CBA (Centro de Bionegócios da Amazônia)	01/04/2024	30/09/2024
	Desenvolvimento Nacional da Indústria	Avaliação da governança e da gestão de um aspecto da política industrial para o setor automotivo e de autopeças: incentivos fiscais (redução de IR, II e/ou IPI) destinado ao desenvolvimento tecnológico, inovação, eficiência energética a serem apropriadas pelas indústrias brasileiras do setor	09/08/2023	31/05/2024
	Economia Verde	Consultoria que busca analisar o desenho e o modelo lógico, a estrutura de governança pensada e o mapeamento de riscos, de forma a buscar o alcance dos objetivos definidos	06/09/2023	06/01/2024
Mineração	Desenvolvimento sustentável na exploração mineral (licenciamento Ambiental, descomissionamento, ESG)	Avaliar a regulação e as ações de fiscalização e de monitoramento da ANM sobre o fechamento de minas	01/01/2024	30/11/2024
	Avaliação do monitoramento do Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD)	Avaliar o monitoramento e as ações realizadas para o acompanhamento das metas do PMD	01/03/2024	30/11/2024

PRODUÇÃO RURAL

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Defesa Agropecuária	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas	O objetivo da avaliação é verificar se os planos de contingência foram bem elaborados e se são aplicados devidamente; se há formulação e estruturação da lógica de intervenção nos momentos de ocorrência de focos; e se há efetiva coordenação das ações entre União e entes subnacionais com o objetivo de garantir a eficiência e eficácia na atuação.	01/09/2024	28/02/2025
Política Agrícola e Abastecimento	Aquisições do Governo Federal	Avaliar os controles estabelecidos para tratar os principais riscos para o atingimento dos objetivos estratégicos da Empresa relacionados ao Processo, considerando o gerenciamento e monitoramento das operações.	06/12/2023	15/09/2024

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Recursos Fundiários e Reforma Agrária	Planejamento da Governança Fundiária	Avaliar se o planejamento da governança fundiária ocorre de forma integrada com ações de aquisição de terras a serem destinadas a reforma agrária, além de verificar se houve a instituição de critérios de priorização dos locais a serem fiscalizados, discriminados, arrecadados ou destinados prioritariamente. Ademais, buscaremos avaliar se há instrumentos de planejamento que demonstrem a utilização de metodologias de planejamento de políticas públicas (a exemplo do guia de avaliação ex-ante) para formulação da atuação do Incra e MDA.	01/01/2024	31/10/2024
Sustentabilidade, Desenvolvimento e Inovação Agropecuária	Produção de orgânicos	Avaliar a atuação governamental no fomento do setor (créditos, eventuais isenções, pesquisas etc.), a estrutura de governança, bem como ações de registro e fiscalizações empreendidas pelos atores.	01/02/2024	30/11/2024
	Atividade de Pesquisa da Embrapa	Avaliar o arcabouço normativo da Embrapa sobre o processo; o alinhamento das pesquisas com as necessidades do setor produtivo e da sociedade; e a conformidade de parcerias no âmbito da pesquisa.	01/11/2023	30/09/2024

4.2.4. Eixo Estado

ECONOMIA E SOBERANIA

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Arrecadação	Arrecadação Tributária	Avaliação da gestão da RFB sobre os instrumentos de negociação do passivo tributário	22/08/2022	15/05/2024
		Avaliação da governança e atuação da RFB/PGFN sobre a Garantia do Crédito Tributário	07/11/2022	19/04/2024
		Avaliação da governança e gestão da RFB sobre o processo de lançamento do crédito tributário	10/04/2023	30/04/2024
		Avaliar as repercussões provenientes da Reforma Tributária	01/03/2024	30/09/2024
		Consultoria para aperfeiçoamento do rating da Dívida Ativa da União, buscando incremento na arrecadação	01/03/2024	30/09/2024
Contas Públicas	Gestão da Contabilidade e de Custos	Avaliar os impactos do processo de Convergência da Contabilidade Pública às Normas Internacionais e de suas Aplicações Práticas	01/05/2024	31/12/2024
Gestão de Fundos Públicos e Privados	Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	Avaliar a Gestão do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	01/07/2024	31/12/2024
Política Econômica	Regulação e Concorrência	Avaliar a atuação do órgão regulador em Fundos de Investimentos em Participações em Empresas Emergentes	01/06/2024	28/02/2025
	Política Fiscal	Avaliar o processo de identificação, de monitoramento e de avaliação dos riscos fiscais	01/04/2024	30/11/2024
	Regulação e Concorrência	Avaliar a atuação do órgão regulador com relação à falhas de mercado e alocação de custos	01/04/2024	31/12/2024

EFICIÊNCIA ESTATAL

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Desburocratização e Inovação	Procedimentos e exigências para exercício de atividade econômica	Avaliação das ações para agilização do processo de homologação das informações constantes do Cadastro Ambiental Rural	01/07/2024	31/12/2024
	Eficácia de Serviços Públicos	Avaliação das ações para disponibilização de serviços públicos aos “analfabetos digitais”	01/03/2024	31/08/2024
Gestão de Pessoal	Gestão de recrutamento e seleção de pessoal para o Poder Executivo Federal	Avaliar a contratação e a gestão de servidores temporários na APF	01/03/2024	29/11/2024
	Gestão de benefícios concedidos a servidores ativos, inativos e seus dependentes	Avaliar o pagamento do benefício de auxílio moradia na APF	01/03/2024	29/11/2024
	Gestão de inativos dos ex-territórios e órgãos extintos	Avaliar a transposição de servidores de ex-territórios para órgãos da APF	01/03/2024	29/11/2024
	Criação, aprimoramento e manutenção dos sistemas estruturantes de pessoal	Avaliar a subutilização ou a contratação desnecessária de sistemas auxiliares para gestão de pessoal na APF	01/03/2023	29/11/2024
Logística Pública	Governança e Gestão de Compras em Saúde	Avaliar a maturidade da Governança das aquisições do MS de acordo com a NLLC	15/01/2024	09/12/2024
	Modelagem das contratações de limpeza e conservação	Avaliar a eficiência e economicidade das contratações de limpeza e conservação no que tange à adequabilidade da produtividade, periodicidade e frequência	15/01/2024	02/12/2024
	Custo do Processo de Contratação	Identificar o custo efetivo de um processo de licitação e de uma dispensa de baixo valor na Administração Pública Federal	15/01/2024	02/12/2024
	Modos de Disputa	Identificar a melhor alternativa de modos de disputa nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal	15/01/2024	01/01/2024
	Orçamento Sigiloso	Identificar a melhor alternativa entre divulgação ou sigilo do orçamento de licitações	15/01/2024	02/12/2024
Patrimônio da União	Destinação para Regularização Fundiária	Avaliação da eficácia da SPU na destinação de imóveis da União no âmbito do Programa Minha Vida	01/08/2024	31/01/2025
	Arrecadação Patrimonial	Avaliação das ações do governo federal para rentabilização do patrimônio imobiliário da União em face do mercado de crédito de carbono.	01/04/2024	30/09/2024
		Avaliação da adequação do processo arrecadatário decorrente de destinações de espelhos d’água para exploração econômica materialmente relevantes	01/02/2024	30/09/2024

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Tecnologia da Informação e Governo Digital	Sistemas Estruturantes	Avaliação dos aspectos de segurança da informação de um sistema estruturante do Governo Federal	01/07/2024	31/12/2024
	Infraestrutura do Governo Federal	Avaliação sobre contratações e gestão de contratos de serviços de computação em nuvem	01/07/2024	31/12/2024
	Contratação de Serviços de TI	Contribuição sobre o Processo de Gestão Estratégica de Compras de Software	01/04/2024	30/06/2024
		Contribuição sobre o Roteiro de Métricas de Software do SISP	01/04/2024	30/06/2024
	Governança de Dados	Avaliação sobre instituição e utilização de Registros de Referência	01/07/2024	31/12/2024
	Segurança da Informação	Avaliação sobre as condições de integração de serviços digitais ao Login Único do Governo Federal	02/01/2024	28/06/2024
	Contratação de Serviços de TI	Avaliar se redução de ICMS sobre serviços de comunicação de dados foi repassada aos órgãos públicos contratantes desses serviços	02/01/2024	28/06/2024
		Assessorar o FNDE na elaboração de Registro de Preços Nacional para aquisição de equipamentos de tecnologia educacional	17/11/2023	31/03/2024
Transferências da União	Alocação do Gasto Público via Emendas ao Orçamento da União	Avaliar se os recursos oriundos de emendas ao orçamento da União estão sendo alocados nas ações e programas de governo priorizados pelo Poder Executivo	15/01/2024	09/12/2024
	Trilhas do Sitrico	Aperfeiçoar, documentar e criar novas trilhas de auditoria em instrumentos de transferências voluntárias	15/01/2024	09/12/2024
	Sombreamento Convênios	Avaliar se os mecanismos de governança de distribuição de recursos atendem aos preceitos de equidade e efetividade e evitam duplicidade de alocação	15/01/2024	15/02/2024

ESTATAIS

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Gestão e Governança das Empresas Estatais	Administração de Pessoal	Avaliação da adequação de diretrizes estabelecidas pela governança e da conformidade de sua aplicação pela gestão das estatais de políticas para inserção das mulheres na estrutura organizacional.	01/04/2024	31/12/2024
		Avaliar a gestão dos Correios em relação à forma de ocupação e remuneração dos cargos e funções constantes da estrutura de pessoal	02/01/2024	30/06/2024
	Demonstrações Contábeis	Avaliação da Sustentabilidade Econômico-Financeira da CODERN	15/04/2024	30/09/2024
		Avaliar o reconhecimento, mensuração e evidência dos ativos da EMGEA e sua capacidade de produzir benefícios econômicos	15/01/2024	19/07/2024
		Avaliar os controles instituídos para o faturamento e cobrança de tarifas portuárias na CDP	01/05/2024	28/10/2024
	Estruturas e arranjos de governança	Avaliar a capacidades organizacionais da Nuclep e estratégia corporativa quanto à diversificação da produção	01/03/2024	31/08/2024
		Avaliar a política de seleção de pessoal para ocupação dos cargos de gestão no BNB e BASA	04/01/2024	05/04/2024
	Gestão do Patrimônio	Avaliação da gestão de imóveis não operacionais na CDRJ	15/01/2024	13/07/2024
		Avaliação do planejamento para investimentos em infraestrutura e controles para o acompanhamento de projetos na SPA	01/02/2024	30/06/2024
	Licitações e Contratos	Avaliação do macroprocesso de contratações da Eletronuclear, abrangendo aspectos de governança, gestão de riscos e controles; sobre as etapas de planejamento, seleção, contratação e acompanhamento contratual	01/05/2024	31/12/2024
		Avaliação dos critérios utilizados para seleção do modo de comercialização da parcela do excedente em óleo da União (venda direta, leilão ou contratação de agente comercializador)	01/07/2024	28/02/2025
		Avaliar a existência e suficiência dos controles internos e gestão de riscos associados às licitações e contratações da CBTU.	01/05/2024	31/10/2024
		Avaliar a gestão da aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia	01/09/2023	31/05/2024
		Avaliar as contratações da Petrobras para manutenção e/ou revitalização de refinarias	01/05/2024	31/12/2024
		Avaliar os contratos de afretamento de embarcações e aeronaves, excluindo-se FPSO	01/05/2024	31/12/2024
		Avaliar os processos de licitações e contratações realizadas pela CAIXA	01/03/2024	30/09/2024
		Conhecer e avaliar a gestão dos contratos de arrendamento no âmbito da CODEBA	02/01/2024	30/06/2024

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Gestão e Governança das Empresas Estatais	Macroprocessos finalísticos das empresas estatais	Avaliação dos contratos de obras de infraestrutura e de transferência de tecnologia para a aquisição da expertise para se produzir hemoderivados e recombinantes na fábrica da Hemobrás, no município de Goiana/PE	04/09/2023	02/02/2024
		Avaliar a gestão de créditos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte pelo Banco do Brasil (Administradora do FGO), considerando a materialidade dos recursos envolvidos	18/03/2024	30/08/2024
		Avaliar a política e a gestão do gerenciamento de capital do Banco da Amazônia (BNB) com vistas a aferir a estabilidade financeira e a conformidade dos requisitos regulatórios aplicáveis	02/08/2024	16/01/2025
		Avaliar as garantias prestadas por clientes PJ, especialmente micro e pequenas empresas, no processo de concessão de linhas de crédito para empréstimo pessoal e capital de giro	25/03/2024	06/09/2024
		Avaliar os requisitos regulatórios e políticas internas da Petrobras na celebração de parcerias (Lei 13.303/2016, art. 28, §3º, II e §4º)	01/06/2024	31/12/2024
		Estudar e analisar a atuação da Transpetro, juntamente com outros agentes governamentais como ANP, Petrobras, EPE e BNDES, identificar e estudar medidas potenciais para mitigar os riscos observados durante o período analisado	01/06/2023	15/07/2024
	Não se aplica	Avaliar o processo finalístico da “Prevenção de Desastres” sob a perspectiva de desempenho e de conformidade, abrangendo, entre outros, o mapeamento de áreas críticas do macroprocesso, a capacidade organizacional e o arranjo contratual e institucional com instituições parceiras	01/04/2024	30/09/2024
	Tecnologia e Segurança da Informação	Avaliação de aspectos de governança do Hiveplace no âmbito da BBTS	01/07/2024	30/11/2024
		Avaliação do custo do serviço de validação biométrica do GOV.BR no Serpro	01/07/2024	30/11/2024
		Avaliar os controles no modelo tecnológico de Core Bancário do BNB	01/03/2024	28/08/2024

GOVERNANÇA

ÁREA	POLÍTICA PÚBLICA OU MACROPROCESSO	OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Orçamento e Finanças	Execução Orçamentária/ Administração Financeira	Avaliar a gestão orçamentária e financeira	15/02/2024	30/09/2024
Qualidade Regulatória	Processo Regulatório - Outorgas, Licenças e Autorizações	Avaliações sobre a eficiência, eficácia e efetividade dos processos de outorga, autorização, permissão, concessão, licenciamento e congêneres	01/07/2024	30/11/2024
	Processo Regulatório - Fiscalização e processos sancionatórios	Avaliações sobre a eficiência, eficácia e efetividade da atividade de fiscalização e processo sancionatório	01/07/2024	31/10/2024
	Ferramentas Regulatórias - Governança e Coordenação Regulatória	Avaliações sobre a governança de processos regulatórios e mecanismos de coordenação governamental na regulação	01/07/2024	30/09/2024
	Ferramentas Regulatórias - Inovação e Sandbox	Avaliações sobre a adoção de inovações nos processos de regulação, como o sandbox regulatório	01/08/2023	31/08/2024
		Avaliação da capacidade dos órgãos e entidades executores do PAC	01/05/2024	28/02/2025
		Avaliação do "PAC Seleções"	01/01/2024	31/10/2024
		Monitoramento da carteira PAC	01/01/2024	28/02/2025

5. TRABALHOS DERIVADOS DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

5.1. Auditorias Anuais de Contas (AAC)

Como Órgão Central do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo Federal, a CGU tem como missão constitucional apoiar o controle externo no exercício da sua missão institucional no que se refere ao julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, a qual se materializa com o processo de Auditoria Anual de Contas. Tais auditorias têm por finalidade assegurar que as prestações de contas expressem de forma clara e objetiva a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidades dos atos de gestão subjacentes, em todos os seus aspectos relevantes.

Para 2024, está sob responsabilidade da CGU a realização de 14 projetos de auditoria anual de contas, conforme quadro a seguir:

UNIDADE AUDITADA	EXERCÍCIO	INÍCIO	FIM
Petrobras	2023	01/06/2023	15/08/2024
Banco do Brasil (BB)	2023	01/08/2023	30/08/2024
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	2023	01/08/2023	30/08/2024
Caixa Econômica Federal (CAIXA)	2023	01/08/2023	30/08/2024
Ministério da Educação (MEC)	2023	01/08/2023	30/05/2024
Ministério dos Povos Indígenas (MPI)	2023	14/08/2023	25/03/2024
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)	2023	01/09/2023	31/05/2024
Ministério da Saúde (MS)	2023	01/09/2023	31/03/2024
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)	2023	01/09/2023	20/05/2024
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)	2023	04/09/2023	05/04/2024
Ministério dos Povos Indígenas (MPI)	2023	22/09/2023	02/05/2024
Caixa Econômica Federal (CAIXA)	2024	02/09/2024	14/02/2025
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	2024	02/09/2024	30/06/2025

5.2. Auditorias de Financiamento Externo e Cooperação Internacional (REX)

A CGU também tem a responsabilidade de realizar auditorias em projetos financiados, total ou parcialmente, por empréstimos ou doações internacionais ou, ainda, aqueles que envolvam acordos de cooperação técnica internacional. Essa atuação pode se dar em função dos protocolos de entendimentos, termos de referência e cláusulas contratuais firmados com organismos internacionais, entre os quais se destacam o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Para 2024, está sob responsabilidade da CGU a realização de 10 projetos de Auditoria de Financiamento Externo e Cooperação Internacional (REX), conforme quadro abaixo:

OBJETIVO	INÍCIO	FIM
Auditoria do exercício de 2023 do contrato de empréstimo BID 3391/OC-BR - PNAFM III	01/12/2023	30/04/2024
Auditoria da execução do convênio de cooperação técnica não reembolsável BID ATN/OC 18644-BR - FAPED/CNAT-EMBRAPA	01/12/2023	19/11/2024
Auditoria do exercício 2023 do contrato de contribuição financeira KfW BMZ/2003.66.658 - Gestão Florestal	01/12/2023	31/03/2024
Auditoria do exercício de 2023 do contrato de empréstimo BID 3391/OC-BR - PNAFM III	01/12/2023	31/03/2024
Auditoria do exercício de 2023 do contrato de empréstimo BID 4723/OC-BR e 4732/OC-BR - Prodefesa	02/01/2024	30/04/2024
Auditoria do exercício de 2023 do acordo de empréstimo BIRD 9074-BR - Segundo Projeto de Fortalecimento dos Setores de Energia e Mineração - Meta 2	01/02/2024	30/06/2024
Auditoria do exercício 2023 dos acordos de empréstimo FIDA 2000000436 e 2000000437 - Dom Helder Câmara	01/02/2024	31/05/2024
Auditoria do exercício 2023 do projeto de cooperação técnica OIMT PD 452/07 Ver 5(F) - Manejo Sustentável de Florestas de Produção em Nível Comercial na Amazônia Brasileira - Fase II	01/04/2024	12/07/2024
Auditoria do exercício de 2023 dos acordos de empréstimo BIRD 8812-BR e 8813-BR - Novo Ensino Médio	02/05/2024	30/09/2024
Auditoria do período total da execução do convênio de cooperação técnica não reembolsável BID ATN/OC 19258-BR - FUNARBE/EMBRAPA	06/09/2024	06/01/2025

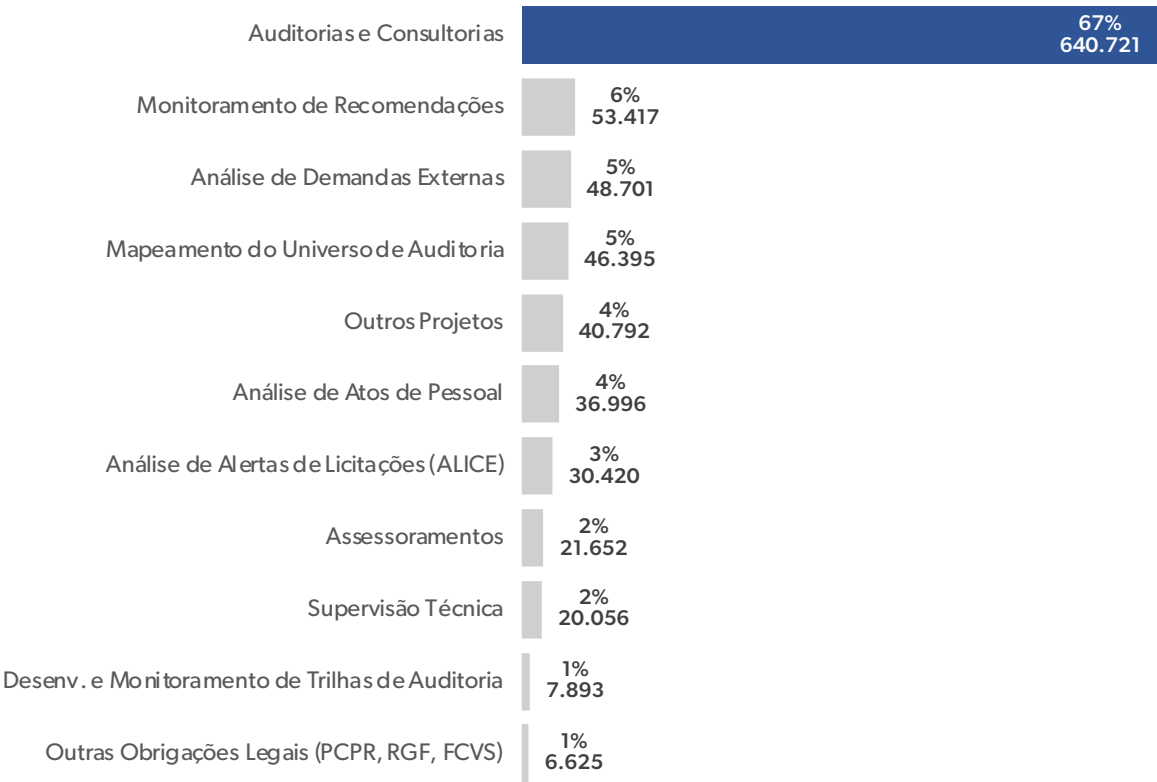
5.3. Outras obrigações legais

Além dos trabalhos listados, há outros, não classificados como auditoria ou apuração, que são realizados pela CGU por exigências normativas, tais como: Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR), Análise de Tomadas de Contas Especiais (TCE), Análise de Atos de Pessoal, Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e análises dos processos de novação de dívidas referente ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

6. ALOCAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Para 2024, foram considerados os trabalhos desenvolvidos pelas Unidades da SFC e pelas Controladorias Regionais. Importante destacar que, no caso das Controladorias Regionais, dada a sua característica de realização de trabalhos finalísticos de todas as Secretarias da CGU, a alocação de horas se deu por meio da identificação apenas daqueles trabalhos relacionados com as atividades da SFC. Assim, o total de horas alocadas é **953.668 homens/hora**, distribuídos da seguinte forma:

FIGURA 2 • DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO



Percebe-se pelo gráfico que a maior parte do esforço da SFC (67%) está concentrada nas auditorias (avaliações e consultorias) e apurações. O restante está distribuído em várias atividades continuadas e outras obrigações legais. É importante destacar que os trabalhos de análise de demandas externas e alertas de licitações podem gerar outras auditorias, dependendo do resultado dessas análises.

7. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Reafirmando o princípio de desenvolvimento profissional contínuo, a Instrução Normativa CGU nº 5/2021 estabeleceu, como requisito do Plano Anual de Auditoria Interna, a previsão de, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada auditor interno, incluindo o responsável pela UAIG.

As ações de capacitação planejadas para o exercício de 2024 foram baseadas nas lacunas de competência mapeadas no fluxo de desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas CGU 2024, capitaneado pela Coordenação de Desenvolvimento e Capacitação, e pelas competências mapeadas para o exercício da atividade de auditoria interna governamental, considerando os seguintes eixos:



Ainda com relação às competências acima destacadas, no âmbito da SFC foram desenvolvidas e disponibilizadas na IntraCGU trilhas de aprendizagem para as competências técnicas de auditoria e contextuais cujo objetivo é promover o desenvolvimento das competências básicas necessárias à atuação na Secretaria Federal de Controle Interno/CGU.

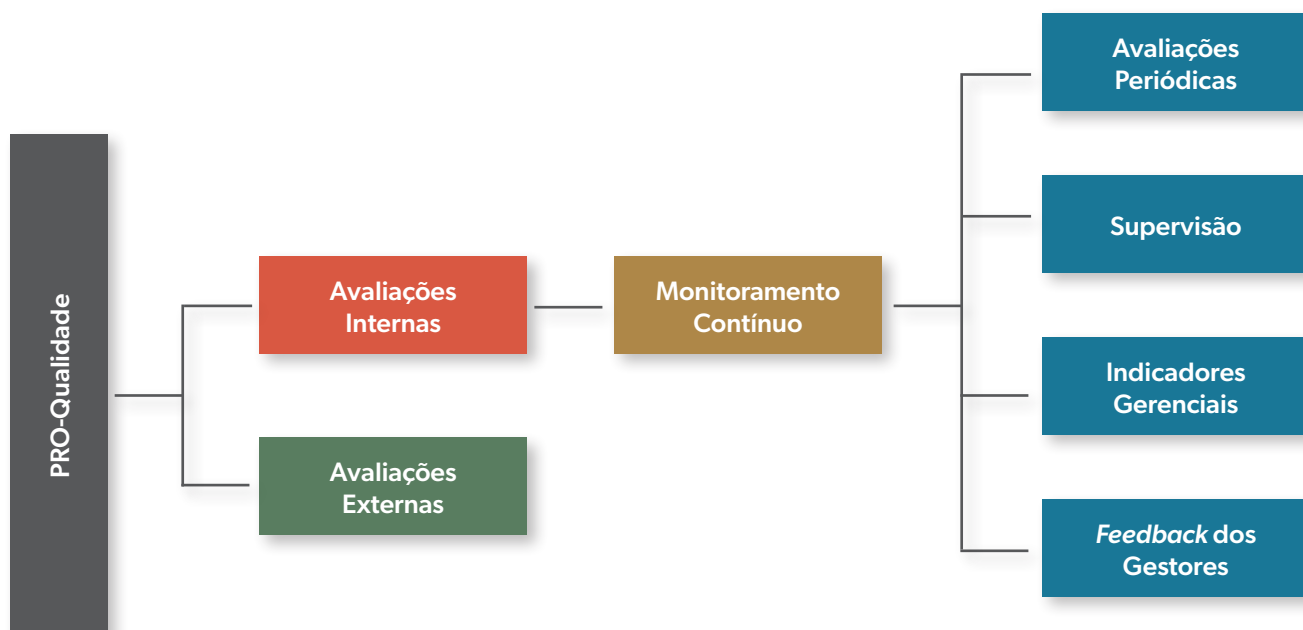
Em 2024 serão mobilizados esforços de forma prioritária para a constante atualização do mapeamento das competências requeridas, das trilhas de aprendizagem, e do fluxo de avaliação das competências. Ademais, será realizado mapeamento prévio de oportunidades de capacitação em auditoria que possam suprir as lacunas de competências detectadas e será continuado o fluxo formação em serviço dos novos Auditores e Técnicos que ingressaram na CGU em face do Edital de Concurso CGU nº. 1/2021 com o planejamento e execução dos Anos 2 e 3.

8. GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE

A execução do Programa ocorre por meio de ações de gestão e de melhoria da qualidade, implementadas tanto a nível dos trabalhos individuais de auditoria, quanto no nível mais amplo da atividade de auditoria interna. Todas as fases da atividade de auditoria interna estão incluídas nas avaliações, compreendendo Planejamento, Execução e Comunicação dos resultados.

O Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna da CGU (PRO-Qualidade), regido pela Portaria SFC nº 363/2020, possui atividades de caráter permanente destinadas a: avaliar a qualidade, produzir informações gerenciais e promover a melhoria contínua dos processos de trabalho, dos produtos emitidos e da eficácia e da eficiência da atividade de auditoria interna governamental.

Os instrumentos de avaliação preconizados pelo Programa podem ser divididos em avaliações internas e externas e suas principais atividades podem ser visualizadas a seguir:



8.1. Avaliações Internas

As avaliações internas consistem em monitoramento contínuo, que tem por objetivo acompanhar o desenvolvimento das atividades da CGU como unidade de auditoria interna do Poder Executivo Federal, a fim de assegurar sua conformidade com as normas profissionais e de conduta aplicáveis, bem como a eficiência dos processos.

O Monitoramento Contínuo é realizado por meio de algumas ações explicadas a seguir.

As “**Avaliações Periódicas de Qualidade**” são realizadas de forma sistemática, contemplando a revisão dos trabalhos concluídos, por meio de amostra, considerando-se todas as suas etapas (planejamento, execução e comunicação dos resultados). Permitem obter diagnósticos quanto ao desempenho da CGU como unidade de auditoria interna e a indicar aspectos que necessitem ser melhorados.

A “**Supervisão**” é um conjunto de atividades exercidas de forma descentralizada junto às equipes de auditoria, sendo exercida pelo supervisor designado para cada trabalho, abrangendo todas as fases da auditoria, com a finalidade de assegurar a qualidade do trabalho, o alcance dos objetivos e o desenvolvimento da equipe.

Os “**Indicadores Gerenciais**” têm por finalidade medir o desempenho da CGU enquanto unidade de auditoria interna em relação ao Plano Anual de Auditoria Interna; ao grau de atendimento às recomendações emitidas e à eficiência da força de trabalho alocada.

A “**Avaliação pelos Gestores**”, é realizada com dirigentes das unidades auditadas pela CGU com vistas a, de forma ampla, aferir a percepção geral sobre a atuação e o valor agregado pela CGU e, de forma pontual, obter sua avaliação sobre o trabalho realizado e a conduta da equipe de auditoria.

Nesse sentido, há um indicador de desempenho da perspectiva de resultados do Plano Estratégico da CGU, qual seja, Índice de Percepção dos Gestores da alta administração quanto ao valor agregado pela atividade de auditoria interna realizada pela CGU. A aferição do seu resultado, a partir dessa avaliação ampla pelos gestores, tem a finalidade de demonstrar o quanto nossa atuação agrega valor à gestão.

8.2. Avaliações Externas

As avaliações externas de qualidade são realizadas, desde 2019, mediante autoavaliações realizadas com base no Modelo de Capacidade da Auditoria Interna para o Setor Público (IA-CM), desenvolvido pelo Instituto de Auditores Internos (IIA), o qual tem por finalidade identificar os fundamentos necessários para uma auditoria interna efetiva no setor público, fornecendo um plano evolutivo para o seu desenvolvimento, de forma a atender às necessidades da organização e aos padrões profissionais aplicáveis à atividade de auditoria interna.

O IA-CM está estruturado em 5 níveis de maturidade (1 – Inicial; 2 – Infraestrutura; 3 – Integrado; 4 – Gerenciado; 5 – Otimizado). Os resultados da última autoavaliação da CGU demonstraram posicionamento no Nível 2, considerando-se os 5 níveis existentes nesse *framework*.

Conforme preconizado pelo Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal (MOT), aprovado pela IN SFC nº 8/2017, as avaliações externas devem ser realizadas, a cada 5 anos, por avaliador independente ou mediante validação externa de autoavaliação interna realizada pela UAIG.

Dessa forma, foi realizado processo de validação externa independente, pelo Banco Mundial, confirmando o resultado de atingimento do nível 2 obtido na autoavaliação realizada anteriormente pela CGU.

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO